

Sidney Bittencourt

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Passo a Passo

(Comentando artigo por artigo a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

Prefácio

Sergio de Andréa Ferreira

Apresentação

Ivan Barbosa Rigolin

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPRAS PÚBLICAS, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, VENDAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FINANÇAS PÚBLICAS, OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, INTENDÊNCIA, AUDITORIA E CONTROLADORIA.

Público-alvo/consumidores

ADMINISTRADORES PÚBLICOS DE UM MODO GERAL, ADMINISTRADORES PRIVADOS DE EMPRESAS QUE CONTRATAM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PROCURADORES, MAGISTRADOS, ADVOGADOS, PROFESSORES DE DIREITO ADMINISTRATIVO, ADVOGADOS DA UNIÃO, ACADÊMICOS DE DIREITO, PARTICULARES QUE VENDEM OU PRETENDAM VENDER PARA O GOVERNO, AUDITORES, CONTROLADORES, CONSULTORES E CONCURSANDOS.

FORMATO: 17 × 24 cm

CÓDIGO: 10003025



A Lei nº 14.133, de 01.04.2021, trouxe uma série de inovações que, sem o prévio e minucioso estudo, causarão grandes dificuldades a todos aqueles que, na Administração Pública, atuam na área de licitações e contratos.

Salienta-se, por oportuno, que a referida Lei foi editada para substituir a Lei nº 8.666/1993 (antiga Lei de Licitações e Contratos Administrativos); a Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), bem como as disposições relativas ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 –, dentre outras e complexas medidas, ficando, entretanto, ao alvedrio da Autoridade Administrativa Pública, ainda aplicá-las, opcionalmente, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

Esta obra, trazida a público no momento certo, é mais uma valiosa contribuição com a qual o Prof. Sidney Bittencourt vem apresentar os estudiosos das licitações e dos contratos administrativos.

Extremamente dedicado às mutações pelas quais tem passado a legislação, o Prof. Sidney acompanha dia a dia essas mudanças e, com o firme intuito de melhor esclarecer aos que se utilizam dessa matéria do Direito Administrativo, resolveu transmitir os seus vastíssimos conhecimentos e enorme experiência, brindando-nos com esta magnífica obra, em que faz uma criteriosa apreciação, passo a passo (artigo por artigo), da Lei nº 14.133/2021 e de sua complexidade, comentando com correção doutrinária e objetividade prática, sempre com o olho no aplicador da lei, que precisará de seus esclarecimentos.

Por essa razão, não tenho receio em afirmar que é muito oportuna a obra agora dada a público pelo referido mestre que, por décadas, atua na área e estuda o assunto de forma zelosa e detalhada, assessorando autoridades públicas e empresas de grande porte, ministrando, ativa e brilhantemente, cursos, palestras e seminários sobre o tema.

Francisco Rezende Filho

Advogado da União

B624n Bittencourt, Sidney
Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando, artigo por artigo, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Sidney Bittencourt. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
982p.; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-216-3

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. 3. Compras Públicas. 4. Contratos Administrativos. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. *Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando, artigo por artigo, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 982p. ISBN 978-65-5518-216-3.

Sidney Bittencourt é Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Pós-graduado em Gestão de Negócios no contexto da União Europeia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) – Portugal. Consultor, parecerista e conferencista consagrado. Professor de Direito Administrativo. Autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil, onde atuou por 30 anos. Faz parte do Conselho Editorial da *Revista Síntese Direito Administrativo* e da *Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios*. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP)*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública (DCAP)*; *Informativo de Licitações e Contratos (ILC)*; *Revista de Compras Públicas (Capacitar)*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; revista *O Pregoeiro*; revista *Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos (BLC)*; *Revista IOB de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; *Soluções em Licitações e Contratos*, entre outros; e colaborador emérito do *Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público*, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento Profissional (INAP).

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentar seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Candido Mendes (UCAM); Faculdade da Cidade; Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar que “é o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”.

É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

Site: www.sidneybittencourt.com.br

Facebook: www.facebook.com/profsidneybittencourt

PREFÁCIO	
Sergio de Andréa Ferreira	53
NOTA DO AUTOR	
Sidney Bittencourt	57
APRESENTAÇÃO	
Ivan Barbosa Rigolin	61

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Lei de Licitações e Contratos Administrativos
(DOU de 1º.4.2021 – Edição extra-F)

<i>Ementa</i>	
1	Competência legislativa..... 63
2	O termo “licitação” 66
2.1	Evolução histórica da licitação 67
3	Os contratos celebrados pela Administração Pública..... 68
3.1	O contrato..... 68
3.2	Contratos da Administração 69
3.2.1	Subdivisão dos Contratos da Administração..... 69
3.2.1.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública 69
3.2.1.2	Contratos Administrativos 70
3.2.1.3	Os contratos na Nova Lei nº 14.133/2021 70
4	Histórico da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações..... 71
Artigo 1º	
1	Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo..... 73
2	As normas gerais 73
3	A licitação e o contrato administrativo..... 74
<i>Inciso I</i>	
4	Regras extensíveis aos Três Poderes 75
<i>Inciso II</i>	
5	Os fundos especiais..... 75
<i>Parágrafo 1º</i>	
6	Não subordinação ao regime da Nova Lei 76
6.1	As empresas públicas que exploram atividades econômicas..... 76
6.2	Os consórcios públicos..... 78
6.3	As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor 79
<i>Parágrafo 2º</i>	
7	Contratações realizadas por órgãos públicos sediados no exterior..... 80
<i>Parágrafo 3º</i>	
8	Licitações e contratações que envolvam recursos de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial ou de organismo financeiro 85
8.1	A questão da aprovação jurídica de contratos dessa natureza 87
<i>Parágrafo 4º</i>	
9	Aprovação do Senado Federal dos contratos de empréstimos..... 87
<i>Parágrafo 5º</i>	
10	Contratações relativas à gestão das reservas internacionais do País 87

Artigo 2º		
1	O elenco de negócios jurídicos	89
<i>Inciso I</i>		
1.1	A alienação e a concessão de direito real de uso de bens.....	89
1.1.1	A alienação de bens da Administração Pública.....	90
1.1.2	A concessão de direito real de uso de bens	90
<i>Inciso II</i>		
1.2	A compra.....	90
<i>Inciso III</i>		
1.3	A locação	90
<i>Inciso IV</i>		
1.4	As concessões e permissões de uso de bens públicos	91
1.4.1	Contrato de concessão de uso de bem público.....	91
1.4.2	Permissão de uso de bem público	91
1.4.3	Outra forma de concessão: a Parceria Público-Privada (PPP).....	92
<i>Inciso V</i>		
1.5	Os serviços	93
<i>Inciso VI</i>		
1.6	As obras e serviços de arquitetura e engenharia	93
<i>Inciso VII</i>		
1.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação.....	93
2	A licitação de serviços de publicidade.....	95
Artigo 3º		
1	Contratos não subordinados à lei.....	97
Artigo 4º		
1	Aplicação de disposições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	99
1.1	Sistemáticas licitatórias diferenciadas para ME/EPP nas licitações	103
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Não aplicação dos benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.....	104
<i>Parágrafo Segundo</i>		
3	Limitação dos benefícios às microempresas e às empresas de pequeno porte	106
<i>Parágrafo Terceiro</i>		
4	Contratações com prazo de vigência superior a um ano.....	106
Artigo 5º		
1	Dos princípios.....	107
1.1	O elenco de princípios licitatórios.....	107
1.1.1	Princípio da Legalidade	108
1.1.2	Princípio da Impessoalidade	108
1.1.3	Princípio da Moralidade	109
1.1.4	Princípio da Publicidade.....	109
1.1.5	Princípio da Eficiência.....	110
1.1.6	Princípio do Interesse Público	110
1.1.7	Princípio da Probidade Administrativa	111
1.1.8	Princípio da Igualdade.....	111
1.1.9	Princípio do Planejamento.....	111
1.1.10	Princípio da Transparência.....	113
1.1.11	Princípio da Eficácia.....	114
1.1.12	Princípio da Segregação de Funções.....	114
1.1.13	Princípio da Motivação	115
1.1.14	Princípio da Vinculação ao Edital.....	115
1.1.15	Princípio do Julgamento Objetivo.....	116
1.1.16	Princípio do Segurança Jurídica.....	116

1.1.17	Princípio da Razoabilidade.....	117
1.1.18	Princípio da Competitividade	117
1.1.19	Princípio da Proporcionalidade	117
1.1.20	Princípio da Celeridade	118
1.1.21	Princípio da Economicidade.....	118
1.1.22	Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável	118
1.1.22.1	O desenvolvimento sustentável	119
1.1.22.2	As licitações sustentáveis.....	119
2	As disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)	122
Artigo 6º		
1	Definições para os fins da Lei.....	134
1.1	Administração Pública e Administração (Incs. III e IV).....	135
1.2	Compra (Inc. X).....	135
1.3	Serviço e Obra (Incs. XI e XII).....	136
1.4	Estudo Técnico Preliminar (Inc. XX).....	136
1.5	Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto (Inc. XXII)	137
1.6	Termo de Referência (Inc. XXIII)	137
1.7	Anteprojeto (Inc. XXIV)	140
1.8	Projeto básico (Inc. XXV)	141
1.9	Projeto executivo (Inc. XXVI)	142
1.10	Matriz de risco (Inc. XXVII).....	143
1.11	Empreitada e Tarefa (Incs. XXVIII, XXIX, XXX e XXXI)	144
1.11.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	146
1.11.2	Empreitada integral.....	146
1.11.3	Tarefa.....	147
1.12	Modalidades de licitação (Incs. XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII)	148
1.13	Comissão de contratação (inc. L).....	149
1.14	Seguro-garantia (Inc. LIV).....	149
1.15	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (Inc. LV).....	150
1.16	Agente de contratação (Inc. LX)	151
Artigo 7º		
1	Designação de agentes públicos para o desempenho de funções	152
1.1	Preferência a servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração	153
1.2	Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível .	153
1.3	Não ter vínculos com licitantes ou contratados habituais	155
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Atendimento ao Princípio da Segregação de Funções.....	155
Artigo 8º e Parágrafo 1º		
1	Condução da licitação	157
<i>Parágrafo 2º</i>		
1.1	Substituição do agente de contratação por uma comissão de contratação	159
<i>Parágrafo 3º</i>		
1.2	Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno	159
<i>Parágrafo 4º</i>		
1.3	Contratação de assessoria de empresa ou profissional especializado	160
<i>Parágrafo 5º</i>		
1.4	Designação do agente como pregoeiro	160
Artigo 9º e Inciso I		
1	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	161
<i>Inciso II</i>		
1.1	Vedação a tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras	163

<i>Inciso III</i>	
1.2	Vedação à resistência e retardamento injustificados ao andamento dos processos licitatórios..... 164
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Vedação à participação de agente público..... 165
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Extensão das vedações a terceiros..... 165
Artigo 10 e Parágrafos 1º e 2	
1	Representação judicial ou extrajudicial..... 166
Artigo 11	
1	Objetivos da licitação 167
<i>Inciso I</i>	
1.1	Garantia da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública 168
<i>Inciso II</i>	
1.2	Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição 169
1.2.1	Garantir tratamento isonômico entre os licitantes 169
1.2.2	Manter a justa competição..... 169
<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos 170
1.3.1	Sobrepreço e superfaturamento 170
1.3.2	Afastar contratações com preços manifestamente inexequíveis 172
1.4	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável 173
1.4.1	Estimular a inovação..... 173
1.4.2	Promover o desenvolvimento nacional sustentável 174
<i>Parágrafo único</i>	
2	Governança nas contratações públicas..... 176
Artigo 12	
1	Informações do processo licitatório 178
<i>Inciso I</i>	
1.1	Produção de documentos por escrito, com data e local e assinatura dos responsáveis 179
<i>Inciso II</i>	
1.2	Valores em moeda corrente nacional 180
<i>Inciso III</i>	
1.3	Afastamento do formalismo exagerado..... 180
<i>Inciso IV</i>	
1.4	A prova de autenticidade de documentos 181
<i>Inciso V</i>	
1.5	O reconhecimento de firma 181
1.5.1	As certidões via Internet..... 182
<i>Inciso VI</i>	
1.6	Atos preferencialmente digitais 183
<i>Inciso VII e Parágrafo 1º</i>	
1.7	O Plano de Contratações Anual 183
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Identificação e assinatura digital 184
Artigo 13	
1	A publicidade dos atos licitatórios..... 185

Artigo 14		
1	Impedimentos de participação em licitações	187
<i>Inciso I</i>		
1.1	Vedação ao autor do anteprojeto, do projeto básico ou do executivo	187
<i>Inciso II</i>		
1.2	Vedação à empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo	188
<i>Inciso III e Parágrafo 1º</i>		
1.3	Vedação à pessoa física ou jurídica sancionada por infração cometida.....	188
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Vedação aos que possuam vínculos com dirigentes públicos	188
<i>Inciso V</i>		
1.5	Vedação a empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	189
<i>Inciso VI</i>		
1.6	Vedação a condenado por exploração de trabalho infantil e por submissão a condições análogas às de escravo.....	190
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>		
2	Participação do elaborador dos anteprojetos ou dos projetos em atividades de apoio..	192
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	Licitação com inclusão como encargo do contratado a elaboração dos projetos	192
<i>Parágrafo 5º</i>		
4	Vedação à participação de pessoas sancionadas por organismos financeiros internacionais	193
Artigo 15 e Parágrafo 4º		
1	Participação de empresas em consórcio na licitação	195
<i>Inciso I</i>		
2	Comprovação de compromisso de constituição de consórcio	198
<i>Inciso II</i>		
3	A questão da empresa responsável pelo consórcio	199
<i>Inciso III e Parágrafos 1º e 2º</i>		
4	A apresentação dos documentos do consórcio	199
<i>Inciso IV</i>		
5	Vedação de consorciada participar da licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente	200
<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>		
6	Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio	201
Artigo 16		
1	Condições para profissionais organizados sob a forma de cooperativa participarem de licitação	206
Artigo 17		
1	Fases da licitação	211
1.1	Primeira fase – Preparação da licitação (etapa interna).....	211
1.1.1	Requisição do interessado e considerações técnicas, mercadológicas e de gestão	212
1.1.2	Aprovação jurídica do edital licitatório	213
1.2	Segunda fase – Divulgação – Publicação do instrumento convocatório (início da etapa externa).....	214
1.3	Terceira fase – Apresentação de propostas e lances, conforme o modo de disputa adotado.....	214
1.4	Quarta fase – Julgamento.....	214
1.5	Quinta fase – Habilitação.....	215
1.6	Sexta fase – Interposição de recursos.....	215
1.7	Sétima fase – Homologação	215

<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A inversão de fases.....	217
<i>Parágrafos 2º, 4º e 5º</i>		
3	Realização de licitações preferencialmente na forma eletrônica	217
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Análise de conformidade na fase de julgamento.....	218
<i>Parágrafo 6º</i>		
5	Exigência de certificação por organização independente	219
Artigo 18		
1	O planejamento nas contratações.....	224
<i>Inciso I e Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>		
1.1	Estudo técnico preliminar	226
<i>Inciso II</i>		
1.2	Termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo	228
<i>Inciso III</i>		
1.3	Condições de execução e pagamento, das garantias e das condições de recebimento ..	230
<i>Incisos IV e XI</i>		
1.4	Orçamento estimado	231
<i>Incisos V, VI e IX</i>		
1.5	Editais de licitação e minuta do contrato	233
<i>Inciso VII</i>		
1.6	Regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia	234
<i>Inciso VIII</i>		
1.7	Modalidades de licitação, critérios de julgamento e modos de disputa.....	234
<i>Inciso X</i>		
1.8	Análise dos riscos.....	235
Artigo 19		
1	Ferramentas para auxílio às atividades de licitações e contratos	236
Artigo 20		
1	Obrigatoriedade de os itens de consumo serem de qualidade comum.....	239
Artigo 21		
1	Audiência pública sobre uma licitação	242
<i>Parágrafo único</i>		
2	Consulta Pública sobre uma licitação	243
Artigo 22		
1	Matriz de alocação de riscos no edital licitatório.....	244
Artigo 23 e Parágrafo 1º		
1	Estimativa prévia de preço	248
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Estimativa de preço na aquisição de bens e contratação de serviços em geral.....	249
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Estimativa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia	251
3.1	Os Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI).....	252
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Parâmetros nas contratações realizadas por entes federativos sem recursos da União	255
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Estimativa de valor nas contratações diretas	255

<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
6	Estimativa de valor em licitações que adotem regimes de contratação integrada e semi-integrada..... 256
Artigo 24	
1	O possível caráter sigiloso do valor estimado para a contratação..... 258
Artigo 25 e Parágrafos 1º, 2º e 3º	
1	Conteúdo do edital licitatório..... 261
<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Previsão da obrigatoriedade de implantação de programa de integridade..... 262
<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
3	Previsão no edital da responsabilidade pelo licenciamento ambiental e prioridade de tramitação 264
3.1	A possibilidade de previsão da obtenção de licenciamento ambiental pelo contratado 265
3.2	Prioridade nos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados 266
<i>Parágrafo 7º</i>	
4	Obrigatória previsão de Reajustamento de Preços 266
<i>Parágrafo 8º</i>	
5	Reajustamento nas licitações de serviços contínuos..... 268
<i>Parágrafo 9º</i>	
6	Possibilidade do edital exigir a contratação de mulher vítima de violência doméstica e egresso do sistema prisional..... 273
Artigo 26	
1	As margens de preferência 276
<i>Incisos I e II</i>	
1.1	As margens de preferências e suas bases 278
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Percentuais das margens de preferência 280
<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Exclusão da aplicação das preferências 280
<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento 281
<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação 282
Artigo 27	
1	Divulgação em sítio eletrônico 284
Artigo 28 e Parágrafos 1º e 2º	
1	Modalidades de licitação 285
Artigo 29	
1	Concorrência e Pregão 288
Artigo 30	
1	Concurso 291
<i>Parágrafo único</i>	
2	Cessão dos direitos patrimoniais à Administração Pública 292
Artigo 31	
1	Leilão..... 295
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A escolha do leiloeiro oficial..... 295

<i>Parágrafos 2º, 3º e 4º</i>	
3 A divulgação e outras disposições do leilão	297
Artigo 32 e Incisos I e II	
1 Diálogo competitivo.....	300
<i>Parágrafo 1º</i>	
2 Procedimento do diálogo competitivo.....	303
<i>Incisos I, II e III</i>	
2.1 Divulgação do edital e manifestações de interesse em participar do certame.....	304
<i>Incisos IV a VII</i>	
2.2 A fase de diálogo	305
<i>Inciso VIII</i>	
2.3 Declaração de conclusão da fase de diálogo e início da fase de competição	305
<i>Incisos IX e X</i>	
2.4 Etapa de análise das propostas e definição da vencedora.....	305
<i>Inciso XI e Parágrafo 2º</i>	
2.5 A condução do certame.....	306
Artigo 33	
1 Critérios de julgamento.....	307
<i>Inciso I</i>	
1.1 Critério do menor preço.....	307
<i>Inciso II</i>	
1.2 Critério do maior desconto	308
<i>Inciso III</i>	
1.3 Critérios da melhor técnica ou do melhor conteúdo artístico	308
1.3.1 Critério da melhor técnica	308
1.3.2 Critério do melhor conteúdo artístico.....	309
<i>Inciso IV</i>	
1.4 Critério de técnica e preço	309
<i>Inciso V</i>	
1.5 Critério do maior lance, no caso de leilão.....	310
<i>Inciso VI</i>	
1.6 Critério do maior retorno econômico	311
Artigo 34	
1 O julgamento pelo critério do menor preço	312
<i>Parágrafo 2º</i>	
2 O julgamento pelo critério do maior desconto.....	313
Artigo 35	
1 O julgamento pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico	315
Artigo 36 e Parágrafo 1º	
1 O julgamento pelo critério da técnica e preço.....	317
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2 Avaliação e ponderação das propostas técnicas e de preço	321
<i>Parágrafo 3º</i>	
3 Consideração do desempenho anterior na pontuação técnica.....	321
Artigo 37	
1 Procedimento no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço.....	323
<i>Parágrafo 1º</i>	
2 Constituição da banca examinadora.....	324

<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Uso obrigatório dos critérios melhor técnica ou técnica e preço 325
Artigo 38	
1	Exigência de que os profissionais pontuados executem o objeto contratado 326
Artigo 39	
1	O julgamento pelo critério do maior retorno econômico 327
Artigo 40	
1	O Planejamento anual das compras 331
<i>Inciso I</i>	
1.1	As condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado..... 332
<i>Inciso II</i>	
1.2	O processamento por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) 332
<i>Inciso III</i>	
1.3	A determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas..... 333
<i>Inciso IV</i>	
1.4	As condições de guarda e armazenamento..... 334
<i>Inciso V e Parágrafos 2º e 3º</i>	
1.5	Os princípios..... 334
1.5.1	Princípio da padronização..... 335
1.5.2	Princípio do parcelamento..... 335
1.5.3	Princípio da responsabilidade fiscal..... 337
<i>Parágrafos 1º e 4º</i>	
2	Informações do termo de referência 338
Artigo 41 e Parágrafo único	
1	Indicação excepcional de marcas ou modelos..... 340
1.1	Marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor..... 342
1.2	Exigência excepcional de amostra ou prova de conceito..... 342
1.3	A carta de solidariedade emitida pelo fabricante 342
Artigo 42	
1	A prova de qualidade do produto 345
<i>Inciso I</i>	
1.1	A comprovação de que o produto esteja de acordo com as normas técnicas..... 347
<i>Inciso II</i>	
1.2	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão 347
<i>Inciso III</i>	
1.3	A certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação..... 348
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exigência de aceitabilidade da proposta 349
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
3	A possibilidade de exigência de amostras e da apresentação de protótipos 350
Artigo 43 e parágrafo 1º	
1	O processo de padronização dos produtos 352
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A contratação de soluções baseadas em software de uso disseminado..... 353
Artigo 44	
1	Decisão entre comprar ou alugar um bem 355
Artigo 45	
1	Normas ambientais a serem respeitadas nas obras e serviços de engenharia..... 356

Artigo 46		
1	Regimes na execução indireta de obras e serviços de engenharia	361
1.1	Empreitada e tarefa	362
1.2	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	363
1.3	Empreitada integral.....	363
1.4	Tarefa.....	364
1.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada	364
1.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	365
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Vedação à realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.....	366
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Dispensa da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada.....	367
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Submissão do projeto básico à Administração	367
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Previsão da efetivação de desapropriação na contratação integrada e na semi-integrada	368
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Possibilidade de alteração do projeto básico na contratação semi-integrada	368
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Aprovação de cada etapa de execução.....	369
<i>Parágrafo 9º</i>		
8	Obrigatoriedade do uso do preço global	369
Artigo 47		
1	Princípios nas licitações de serviços	370
1.1	Princípio da padronização.....	370
1.2	Princípio do parcelamento.....	371
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	Exigência de unidade de prestação de serviços em distância compatível	372
Artigo 48		
1	Terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares.....	373
<i>Parágrafo único</i>		
2	Vedação ao contratado de contratar cônjuge, companheiro ou parente	378
Artigo 49 e Parágrafo único		
1	Permissão para contratar mais de uma empresa para o mesmo serviço	379
1.1	A economia de escala	379
Artigo 50		
1	Comprovações nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	381
Artigo 51		
1	Locação de imóveis pela Administração	383
Artigo 52		
1	Licitações internacionais.....	384
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A cotação do preço em moeda estrangeira.....	388
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Conversão da moeda para pagamento.....	389
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Garantias de pagamento ao vencedor da licitação.....	390
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Indicação dos gravames incidentes no edital licitatório.....	390

<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Sujeição de todos os licitantes às mesmas regras.....	393
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Vedação ao estabelecimento de barreiras a licitantes estrangeiros	393
Artigo 53		
1	Apreciação jurídica do processo licitatório	394
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A elaboração do parecer jurídico.....	398
<i>Inciso I</i>		
2.1	Apreciar o processo licitatório com atribuição de prioridade.....	398
<i>Inciso II</i>		
2.2	Redação da manifestação em linguagem simples e compreensível	398
3	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 13.655/2018) e as decisões dos agentes públicos responsáveis.....	399
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Divulgação do edital após o término da aprovação jurídica	401
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Apreciação jurídica das contratações diretas e outros ajustes.....	402
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Dispensa da apreciação jurídica em situações específicas	402
7	A responsabilização solidária do aprovador jurídico.....	403
Artigo 54 e Parágrafos 2º e 3º		
1	A publicidade do edital.....	404
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A publicação de extrato do edital em jornais de grande circulação.....	405
Artigo 55		
1	Prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances.....	408
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Modificações no edital	408
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Redução do prazo de apresentação de propostas e lances	408
Artigo 56		
1	Modos de disputas passíveis de serem adotados.....	409
<i>Incisos I e II</i>		
1.1	Procedimentos dos modos de disputa aberto e fechado	410
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Vedações ao uso dos modos de disputa fechado e aberto.....	410
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	Lances intermediários.....	411
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Admissão de reinício da disputa aberta.....	412
<i>Parágrafo 5º</i>		
5	Reelaboração das planilhas	412
Artigo 57		
1	Intervalo mínimo de diferença entre os lances.....	413
Artigo 58		
1	Garantia para participação na licitação	414

Artigo 59		
1	Desclassificação das propostas.....	417
<i>Inciso I</i>		
1.1	Propostas com vícios insanáveis.....	418
<i>Inciso II</i>		
1.2	Descumprimento de especificações técnicas indicadas no edital	419
<i>Inciso III</i>		
1.3	Preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado	419
1.3.1	Preços inexequíveis.....	419
1.3.2	Propostas com preços que permaneçam acima do orçamento estimado	420
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Propostas sem exequibilidade.....	420
<i>Inciso V</i>		
1.5	Desconformidade com outras exigências do edital	421
<i>Parágrafo 5º</i>		
2	Garantia adicional nas contratações de obras e serviços de engenharia	422
Artigo 60 e Parágrafo 2º		
1	Elenco de critérios para o desempate nas licitações	423
<i>Inciso I</i>		
1.1	Primeiro critério – Apresentação de novas propostas pelos licitantes empatados	424
<i>Inciso II</i>		
1.2	Segundo critério – Avaliação do desempenho contratual prévio.....	424
<i>Inciso III</i>		
1.3	Terceiro critério – Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho	425
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Quarto critério – Desenvolvimento de programa de integridade	425
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Regras de preferência na manutenção do empate	426
Artigo 61 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Negociação de condições mais vantajosas	428
Artigo 62		
1	A fase de habilitação	430
Artigo 63		
1	Disposições a serem observadas na fase de habilitação	431
<i>Inciso I</i>		
2	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.....	432
<i>Inciso II</i>		
3	Apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor	433
<i>Inciso III</i>		
4	Demonstração de regularidade fiscal apenas do mais bem classificado	434
<i>Inciso IV</i>		
5	Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado	434
<i>Parágrafo 1º</i>		
6	Propostas que compreendam os custos que atendam aos direitos trabalhistas.....	435
<i>Parágrafo 2º, 3º e 4º</i>		
7	Atestado de conhecimento do local e das condições de realização do objeto	436

Artigo 64	
1	Impossibilidade de substituição ou apresentação de novos documentos..... 438
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Responsabilidade do agente de contratação para sanar erros ou falhas..... 439
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Não exclusão do licitante por motivo habilitatório quando já encerrada a fase habilitatória..... 439
Artigo 65 e Parágrafo 1º	
1	Condições de habilitação e as exigências para empresas recém criadas..... 440
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Possibilidade da habilitação ocorrer por processo eletrônico..... 441
Artigo 66	
1	A habilitação jurídica 442
1.1	A habilitação das cooperativas..... 442
Artigo 67	
1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica 446
2	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica..... 446
<i>Inciso I</i>	
3	Registro na entidade profissional..... 448
<i>Inciso II</i>	
4	Comprovação de aptidão de capacidade operacional..... 449
<i>Inciso III</i>	
5	Disponibilidade de pessoal técnico, de instalações e de aparelhamento adequados 449
<i>Inciso IV</i>	
6	Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial 450
<i>Inciso V</i>	
7	Registro ou inscrição na entidade profissional competente 450
<i>Inciso VI</i>	
8	Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais 450
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
9	Limites à exigência de capacidade técnica 451
<i>Parágrafos 3º a 9º</i>	
10	Regras de atesto da capacidade técnica jungidas a situações específicas 452
10.1	Substituição por outras provas (§3º) 452
10.2	Atestados emitidos por estrangeiros (§4º) 452
10.3	Atestados de serviços similares na contratação de serviços contínuos (§5º) 453
10.4	Obrigatoriedade dos profissionais participarem da obra ou serviço (§6º)..... 454
10.5	Inscrição de empresas estrangeiras em entidade profissional competente (§7º)..... 455
10.6	Exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante (§8º) 455
10.7	Atestados de subcontratados (§9º) 455
<i>Parágrafos 10 e 11</i>	
11	Atestados emitidos em favor de consórcio que o licitante tenha participado 456
<i>Parágrafo 12</i>	
12	Atestados de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções..... 457
Artigo 68	
1	As habilitações fiscal, social e trabalhista 458
<i>Inciso I</i>	
1.1	Inscrição no CPF ou no CNPJ 459
<i>Inciso II</i>	
1.2	Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal 459

<i>Inciso III</i>	
1.3	Regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal 459
1.3.1	A questão da regularidade ou quitação..... 460
1.3.2	A constitucionalidade da exigência 461
1.3.3	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas 462
1.3.4	A questão do domicílio ou sede do licitante 464
1.3.5	A certidão negativa de dívida ativa 465
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) 467
<i>Inciso V</i>	
1.5	Regularidade perante a Justiça do Trabalho 468
1.5.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)..... 471
<i>Inciso VI</i>	
1.6	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF 472
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Substituição de documentos..... 474
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Comprovação nos termos da legislação específica 474
4	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal) 474
Artigo 69	
1	Habilitação econômico-financeira..... 478
<i>Inciso I e Parágrafo 6º</i>	
1.1	Balço patrimonial e demonstrações contábeis 479
<i>Inciso II</i>	
1.2	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede 481
1.2.1	A questão do pedido de falência postulado por terceiro 482
1.2.2	Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio 482
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Declaração assinada por profissional da área contábil 482
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Vedação à exigência de valores mínimos de faturamento 483
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Relação dos compromissos assumidos pelo licitante 483
<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços..... 484
<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis 485
Artigo 70 e Incisos I e II	
1	Apresentação dos documentos de habilitação 487
1.1	As certidões via Internet..... 487
<i>Parágrafo único</i>	
2	Documentação de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil 488
Artigo 71	
1	Encerramento da licitação..... 490
2	Revogação e anulação de ato administrativo 491
<i>Parágrafos 1º e 3º</i>	
3	A anulação da licitação 491

<i>Parágrafo 2º</i>	
4	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes..... 492
<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Tratamento idêntico nas contratações diretas e nos procedimentos auxiliares da licitação 493
Artigo 72	
1	Do Processo de Contratação Direta..... 494
1.1	A Contratação Direta – Licitação Inexigível, Dispensável e Dispensada 495
1.2	Condições para a eficácia das contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade licitatória 496
1.2.1	Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo 497
1.2.2	Estimativa de despesa 498
1.2.3	Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento aos requisitos exigidos 498
1.2.4	Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido 498
1.2.5	Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária 498
1.2.6	Razão da escolha do contratado 499
1.2.7	Justificativa de preço 499
1.2.8	Autorização da autoridade competente 500
<i>Parágrafo único</i>	
2	Divulgação da contratação direta 501
Artigo 73	
1	Contratação direta com dolo, fraude ou erro grosseiro..... 502
Artigo 74	
1	Licitação inexigível..... 504
<i>Inciso I e Parágrafo 1º</i>	
1.1	Fornecedor exclusivo..... 506
1.1.1	Exclusividade do fornecedor 508
<i>Inciso II e Parágrafo 2º</i>	
1.2	Contratação de profissional do setor artístico..... 509
<i>Inciso III e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.3	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual de notória especialização 512
1.3.1	A identificação da notória especialização..... 512
1.3.2	A necessidade de “confiança” no profissional..... 513
1.3.3	A questão do elenco taxativo do inciso..... 515
1.3.4	A questão da inscrição de servidores em cursos de treinamento 515
1.3.5	A questão da contratação de serviços advocatícios 516
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento..... 518
<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	
1.5	Aquisição ou locação de imóvel cujas características tornem necessária a sua escolha 520
1.5.1	A questão da existência de vários imóveis com as mesmas características..... 521
1.5.2	Contratação direta no caso de imóveis com pendências de acabamento..... 522
1.5.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>)..... 523
Artigo 75	
1	A licitação dispensável..... 528
1.1	Hipóteses de licitação dispensável..... 529
<i>Incisos I e II e Parágrafos 1º, 3º e 4º</i>	
1.1.1	Obras, serviços de engenharia, serviços de manutenção de veículos automotores, outros serviços e compras de pequeno valor 530

1.1.1.1	Regime especial para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas	532
1.1.1.1.1	Consórcios públicos	532
1.1.1.1.2	Agências executivas	532
<i>Inciso III</i>		
1.2	Licitações desertas e frustradas.....	533
<i>Inciso IV</i>		
1.3	Contratações de objetos específicos	534
<i>Alínea 'a'</i>		
1.3.1	Aquisição de bens para manutenção durante o período de garantia técnica	535
<i>Alínea 'b'</i>		
1.3.2	Aquisição nos termos de acordo internacional	537
<i>Alínea 'c'</i>		
1.3.3	Dispensa de licitação nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento	541
<i>Alínea 'd'</i>		
1.3.4	Transferência de tecnologia	542
<i>Alínea 'e'</i>		
1.3.5	Aquisição de perecíveis	544
1.3.5.1	O gênero perecível.....	545
1.3.5.2	A questão do preço do dia	545
<i>Alínea 'f'</i>		
1.3.6	Bens ou serviços produzidos ou prestados no País de alta tecnologia e defesa nacional	546
<i>Alínea 'g'</i>		
1.3.7	Manutenção da padronização de materiais de uso militar	546
1.3.7.1	A padronização	547
<i>Alínea 'h'</i>		
1.3.8	Atendimento de militares em operações de paz no exterior.....	548
<i>Alínea 'i'</i>		
1.3.9	Contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	549
<i>Alínea 'j'</i>		
1.3.10	Coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis	550
<i>Alínea 'k'</i>		
1.3.11	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	551
1.3.11.1	Obras de arte ou objetos históricos	552
1.3.11.2	Compatibilidade com as finalidades do ente contratante	553
<i>Alínea 'l'</i>		
1.3.12	Serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas.....	553
<i>Alínea 'm'</i>		
1.3.13	Medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.....	554
<i>Inciso V</i>		
1.4	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004	555
<i>Inciso VI</i>		
1.5	Comprometimento da segurança nacional	558
1.5.1	O conceito de segurança nacional.....	559
<i>Inciso VII</i>		
1.6	Casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem.....	559

1.6.1	Guerra.....	560
1.6.2	Estado de defesa, Estado de Sítio e Intervenção Federal	560
1.6.3	Grave perturbação da ordem.....	564
1.6.4	Cabimento da dispensa licitatória	564
<i>Inciso VIII</i>		
1.7	Emergência ou calamidade pública	564
1.7.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública	567
1.7.2	A questão da emergência em face de negligência do agente público responsável.....	568
1.7.3	A questão da contratação emergencial em face de obstrução judicial	569
1.7.4	Situações emergenciais que afastarão as formalidades do art. 72	570
<i>Inciso IX</i>		
1.8	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público interno	571
1.8.1	Contratações entre entidades de esferas diferentes.....	573
<i>Inciso X</i>		
1.9	Intervenção no domínio econômico.....	574
<i>Inciso XI</i>		
1.10	Celebração de contrato de programa	575
<i>Inciso XII</i>		
1.11	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)	577
<i>Inciso XIII</i>		
1.12	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica.....	578
<i>Inciso XIV</i>		
1.13	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência	578
<i>Inciso XV</i>		
1.14	Contratação de instituição sem fins lucrativos	580
1.14.1	O conceito de instituição.....	581
1.14.2	Instituição brasileira.....	582
1.14.3	Os fins das instituições	583
1.14.4	A reputação das instituições	584
1.14.5	A inexistência de fins lucrativos.....	585
<i>Inciso XVI</i>		
1.15	Contratação para a aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio.....	587
2	Faculdade de convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	589
Artigo 76		
1	Licitação Dispensada	592
1.1	A alienação de bens da Administração Pública.....	593
1.2	Bens públicos	593
1.2.1	A alienação de bens públicos	594
1.2.1.1	Alienação de bens públicos imóveis	595
1.2.1.1.1	Interesse público.....	595
1.2.1.1.2	Avaliação prévia.....	596
1.2.1.1.3	Autorização legislativa.....	598
<i>Inciso I do Artigo 76</i>		
2	Dispensa de licitação para a alienação de bens imóveis	599
<i>Alínea 'a'</i>		
2.1	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de dação em pagamento.....	599
<i>Alínea 'b'</i>		
2.2	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de doação.....	600

<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2.1	Reversão da doação 600
<i>Parágrafos 6º e 7º</i>	
2.2.2	Doação com encargo (doação onerosa) 602
<i>Alínea 'c'</i>	
2.3	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de permuta 603
<i>Alínea 'd' e Parágrafo 5º</i>	
2.4	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de investidura 605
<i>Alínea 'e'</i>	
2.5	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública..... 607
<i>Alínea 'f'</i>	
2.6	Dispensa para alienação de imóveis, por intermédio de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária 608
<i>Alínea 'g'</i>	
2.7	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de alienação de bens imóveis para uso comercial 612
<i>Alínea 'h'</i>	
2.8	Dispensa para alienação de terras públicas rurais da União e do Incra, para fins de regularização fundiária 613
<i>Alínea 'i'</i>	
2.9	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse 613
<i>Alínea 'j'</i>	
2.10	Legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017..... 614
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
2.11	Dispensa na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel .. 615
<i>Inciso I do Parágrafo 3º</i>	
2.11.1	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis quando destinar-se a entes da Administração..... 615
<i>Inciso II do Parágrafo 3º</i>	
2.11.2	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a pessoa natural..... 616
<i>Inciso II do Artigo 76</i>	
3	Alienação de bens móveis..... 617
<i>Alínea 'a'</i>	
3.1	Doação..... 618
<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Permuta 619
<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Venda de ações..... 620
<i>Alínea 'd'</i>	
3.4	Venda de títulos..... 621
<i>Alínea 'e'</i>	
3.5	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública..... 621
<i>Alínea 'f'</i>	
3.6	Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração 622
Artigo 77	
1	Direito de preferência 623

Artigo 78		
1	Procedimentos auxiliares nas licitações	624
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Critérios e julgamento	625
Artigo 79		
1	Credenciamento	626
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Regulamentação do credenciamento	628
Artigo 80		
1	Pré-qualificação	631
2	Condutas na Pré-qualificação	632
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2.1	Regras a serem observadas	632
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2	Pré-qualificação aberta permanentemente	632
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2.3	Exigências do edital de pré-qualificação	633
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2.4	Apresentação da documentação	633
	<i>Parágrafos 5º, 6º e 7º</i>	
2.5	Regras da pré-qualificação	633
	<i>Parágrafos 8º e 9º</i>	
2.6	Prazo de validade da pré-qualificação e de divulgação	633
	<i>Parágrafo 10</i>	
2.7	Licitação restrita a pré-qualificados	634
Artigo 81		
1	O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	636
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.1	Publicização dos estudos e projetos e decorrências da feitura do trabalho	637
	<i>Parágrafo 3º</i>	
1.2	Parecer da Administração para aceitação dos produtos e serviços	638
	<i>Parágrafo 4º</i>	
1.3	PMI restrito a <i>startups</i>	638
Artigo 82		
1	Sistema de Registro de Preços (SRP)	641
1.1	O edital de licitação para o SRP	644
	<i>Inciso I e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.2	Especificidades e objeto, com indicação da quantidade máxima de itens	645
	<i>Inciso II</i>	
1.3	Quantidade mínima a ser cotada	646
	<i>Inciso III</i>	
1.4	Possibilidade de previsão de preços diferentes	647
	<i>Inciso IV</i>	
1.5	Oferecimento ou não de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto	647
	<i>Inciso V</i>	
1.6	Critérios de julgamento nas licitações de registro de preços	647
	<i>Inciso VI</i>	
1.7	Alterações dos preços registrados	649

<i>Inciso VII</i>	
1.8	Registro de mais de um fornecedor 653
<i>Inciso VIII</i>	
1.9	Proibição da participação em mais de uma Ata de Registro de Preços..... 653
<i>Inciso IX</i>	
1.10	Hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços..... 654
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Utilização do critério de julgamento por grupo de itens 655
<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Condições para o uso do SRP 656
<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Contratação direta para registro de preços nas contratações feitas por mais de um órgão ou entidade..... 657
Artigo 83	
1	Não obrigação da Administração contratar 658
Artigo 84	
1	Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços..... 659
<i>Parágrafo único</i>	
2	Prazo do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços 659
Artigo 85	
1	Sistema de Registro de Preços na execução de obras e serviços de engenharia..... 660
Artigo 86 e Parágrafo 1º	
1	A Intenção de Registro de Preços (IRP) 663
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços..... 664
<i>Parágrafos 3º a 8º</i>	
3	Limites às adesões às Atas de Registro de Preços..... 666
Artigo 87	
1	Sistema de registro cadastral unificado..... 668
<i>Parágrafos 1º a 4º</i>	
1.1	Regras para o Sistema Nacional de Cadastramento 669
Artigo 88	
1	Regras para inscrição no cadastro..... 670
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Cadastramento por categorias e certificado 671
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
3	Anotações cadastrais..... 671
<i>Parágrafo 5º</i>	
4	Modificações no cadastro..... 672
<i>Parágrafo 6º</i>	
5	Atraso na entrega do certificado de cadastro 673
Artigo 89	
1	O contrato..... 674
1.1	O contrato e o Estado 675
1.2	Contratos da Administração 675
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração..... 676
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública 676
1.3.2	Contratos administrativos 676
1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo 677

1.3.2.2	Características do contrato administrativo	677
<i>Parágrafo 1º e 2º</i>		
2	As cláusulas contratuais	677
2.1	Contratos oriundos de contratação direta	678
2.2	Os “contratos guarda-chuva”	678
Artigo 90		
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	681
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Prorrogação do prazo de contratação	681
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Convocação de demais licitantes.....	681
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Prazo de validade da proposta	682
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Possibilidade de negociação	682
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	683
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Não aplicação aos demais licitantes convocados	684
<i>Parágrafo 7º</i>		
8	Convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	684
Artigo 91 caput e Parágrafos 1º e 2º		
1	Formalização do contrato administrativo	685
<i>Parágrafo 3º</i>		
2	Contrato na forma eletrônica.....	686
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	Providências anteriores à celebração do contrato ou de termos aditivos prorrogatórios.....	686
Artigo 92 e Incisos I a XIX		
1	Cláusulas necessárias.....	690
<i>Inciso I</i>		
1.1	Objeto do contrato	691
<i>Inciso II</i>		
1.2	Vinculação ao edital e à proposta	691
<i>Inciso III</i>		
1.3	Legislação aplicável.....	691
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Regime de execução ou forma de fornecimento	692
1.4.1	Regimes de execução.....	692
1.4.2	Formas de fornecimento	692
<i>Inciso V</i>		
1.5	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	693
1.5.1	Reajustamento de preços	693
1.5.2	Atualização monetária.....	695
1.5.3	Das regras para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos.....	695
<i>Inciso VI</i>		
1.6	CrITÉrios e periodicidade da medição e prazo para liquidação e pagamento.....	696

<i>Inciso VII</i>		
1.7	Prazos contratuais	697
<i>Inciso VIII</i>		
1.8	Especificação dos recursos orçamentários	698
<i>Inciso IX</i>		
1.9	Matriz de risco.....	698
<i>Inciso X</i>		
1.10	Prazo para resposta a pedido de repactuação de preços.....	699
<i>Inciso XI</i>		
1.11	Prazo para resposta a pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	704
<i>Inciso XII</i>		
1.12	Garantias contratuais.....	705
<i>Inciso XIII</i>		
1.13	Garantia do objeto	705
<i>Inciso XIV</i>		
1.14	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas.....	706
1.14.1	Direitos e responsabilidades	706
1.14.2	Penalidades e multas.....	706
<i>Inciso XV</i>		
1.15	Condições de importação de bens.....	706
<i>Inciso XVI</i>		
1.16	Manutenção das condições de habilitação	706
<i>Inciso XVII</i>		
1.17	Reserva de cargos para pessoa com deficiência	707
<i>Inciso XVIII</i>		
1.18	Modelo de gestão do contrato.....	707
<i>Inciso XIX</i>		
1.19	Hipóteses de extinção contratual.....	707
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Declaração como competente o foro da sede da Administração	707
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Cláusula prevendo período para verificação de pendências	708
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Cláusula de reajustamento independentemente do prazo de duração	708
<i>Parágrafos 4º e 6º</i>		
5	Reajustamento nos contratos de serviços contínuos.....	709
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Medição mensal nos contratos de obras e serviços de engenharia	711
Artigo 93 e Parágrafo 3º		
1	Cessão de direitos patrimoniais.....	712
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Obra imaterial de caráter tecnológico.....	713
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Dispensa da exigência de cessão de direitos patrimoniais	714
Artigo 94		
1	Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	715

<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Divulgação dos contratos celebrados em caso de urgência..... 716
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Divulgação dos contratos celebrados por inexigibilidade com profissional do setor artístico..... 716
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Publicização dos contratos de obras 717
Artigo 95	
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato 718
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Os documentos substitutivos do contrato 719
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Nulidade do contrato verbal..... 720
Artigo 96	
1	A prestação de garantia pelo contratado 722
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Modalidades de garantia 723
<i>Inciso I</i>	
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública 723
<i>Inciso II</i>	
2.2	O seguro-garantia 725
<i>Inciso III</i>	
2.3	Fiança bancária..... 726
2.4	Garantia de bens ou pessoas 726
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Suspensão do contrato por ordem da Administração 726
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prazo para a prestação da garantia 726
Artigo 97	
1	Regras para o seguro-garantia 728
<i>Parágrafo único</i>	
2	Seguro-garantia nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços 729
Artigo 98 e Parágrafo 1º	
1	Limites da garantia..... 730
Artigo 99	
1	Seguro-garantia nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto 731
Artigo 100	
1	Devolução da garantia 732
Artigo 101	
1	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração 733
Artigo 102	
1	A cláusula de retomada 734
<i>Parágrafo único</i>	
2	Disposições para o caso de inadimplemento do contratado 735
Artigo 103 e Parágrafos 1º a 3º	
1	A alocação de riscos nos contratos..... 736

<i>Parágrafos 4º e 5º</i>	
2	Definição do equilíbrio econômico-financeiro..... 738
<i>Parágrafo 6º</i>	
3	Adoção de métodos usualmente utilizados 738
Artigo 104	
1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública 739
<i>Inciso I</i>	
1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo 740
<i>Inciso II</i>	
1.2	Extinção unilateral do contrato administrativo 740
<i>Inciso III</i>	
1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo 741
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo 741
<i>Inciso V</i>	
1.5	Ocupação provisória de instalações 742
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias 742
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral 742
Artigo 105	
1	Duração dos contratos..... 743
Artigo 106 e Parágrafos 1º e 2º	
1	Duração dos serviços e fornecimentos contínuos..... 744
Artigo 107	
1	Prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos..... 745
Artigo 108	
1	Contratos com duração de até dez anos..... 746
Artigo 109	
1	Contrato com prazo indeterminado..... 748
Artigo 110 e Incisos I e II	
1	Prazos de duração dos contratos geradores de receita e de eficiência..... 749
Artigo 111 e Parágrafo único	
1	Prorrogação do prazo na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido... 750
Artigo 112	
1	Prazos contratuais previstos em lei especial..... 751
Artigo 113	
1	Contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado 752
Artigo 114	
1	Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação 753
Artigo 115	
1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato 754
<i>Parágrafos 1º e 5º</i>	
2	Proibição do retardamento imotivado de obra ou serviço 755
<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Obtenção da manifestação prévia ou licença prévia 756

<i>Parágrafos 6º e 7º</i>	
4	Divulgação do retardamento motivado de obra ou serviço..... 756
Artigo 116	
1	Manutenção da reserva de cargos para pessoa com deficiência..... 757
Artigo 117	
1	A fiscalização do contrato..... 758
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal..... 759
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal 761
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Apoio ao fiscal 761
<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Regras para a contratação de terceiros 762
Artigo 118	
1	Manutenção de preposto por parte da contratada..... 763
Artigo 119	
1	Defeitos na execução do objeto..... 765
Artigo 120	
1	Responsabilização do contratado por danos..... 767
Artigo 121	
1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ... 768
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração 769
2.1	A responsabilidade trabalhista 769
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos trabalhistas 773
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
4	Asseguramento do cumprimento de obrigações trabalhistas 774
<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Recolhimento das contribuições previdenciárias..... 775
Artigo 122 e Parágrafo 1º	
1	Subcontratação..... 776
1.1	A questão da “cessão do contrato” 777
1.2	Exigências para a subcontratação..... 778
2	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006)..... 778
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Regulamentação específica..... 779
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Vedação de subcontratação de pessoa física ou jurídica 779
Artigo 123 e Parágrafo único	
1	Decisão sobre todas as solicitações e reclamações..... 781
Artigo 124	
1	Alteração do contrato administrativo..... 783
<i>Inciso I</i>	
2	Alteração unilateral..... 783
2.1	Alteração do projeto ou especificações 783

2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa	784
<i>Inciso II</i>		
3	Alteração por acordo das partes.....	784
<i>Alínea 'a'</i>		
3.1	Substituição da garantia de execução contratual.....	785
<i>Alínea 'b'</i>		
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento	785
<i>Alínea 'c'</i>		
3.3	Modificação da forma de pagamento.....	785
<i>Alínea 'd' e Parágrafo 2º</i>		
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	786
<i>Parágrafo 1º</i>		
4	Alterações por falhas de projeto.....	787
Artigo 125		
1	Limitação dos acréscimos ou supressões	788
Artigo 126		
1	Impossibilidade de transfiguração do objeto da contratação.....	789
Artigo 127		
1	Regras para fixação dos preços unitários	790
Artigo 128		
1	Vedação à redução em favor do contratado.....	791
Artigo 129		
1	Indenização do contratado	792
Artigo 130		
1	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que altere os encargos do contratado	793
Artigo 131		
1	Extinção do contrato em óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro	794
Artigo 132		
1	Formalização do termo aditivo como condição para a execução.....	795
Artigo 133		
1	Vedação de alteração de valores contratuais nas contratações integrada e semi-integrada	796
Artigo 134		
1	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais	798
Artigo 135 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Repactuação dos preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	800
<i>Parágrafos 3º a 6º</i>		
2	Regras para a repactuação	801
Artigo 136		
1	Utilização de simples apostila.....	802
Artigo 137 e Parágrafo 1º		
1	Extinção do contrato.....	804
<i>Inciso I</i>		
1.1	Extinção contratual por descumprimento de normas do edital ou de cláusulas contratuais	806
<i>Inciso II</i>		
1.2	Extinção contratual por desatendimento de determinações regulares.....	806

<i>Inciso III</i>	
1.3	Extinção contratual devido à alteração social ou modificação da empresa..... 807
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Extinção contratual em função de decretação de falência ou insolvência e dissolução da sociedade ou falecimento do contratado 807
1.4.1	Decretação de falência ou insolvência 807
1.4.2	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado..... 810
<i>Inciso V</i>	
1.5	Extinção contratual em função de caso fortuito ou de força maior..... 811
<i>Inciso VI</i>	
1.6	Extinção contratual por não obtenção de licença ambiental..... 811
<i>Inciso VII</i>	
1.7	Extinção contratual em função de atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa 812
<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Extinção contratual em função de razões de interesse público 813
<i>Inciso IX</i>	
1.9	Extinção contratual por não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos 813
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Direito do contratado de extinção do contrato..... 814
<i>Inciso I</i>	
2.1	Supressão de obras, serviços ou compras por ordem da Administração..... 814
<i>Inciso II</i>	
2.2	Suspensão da execução contratual por ordem da Administração 815
<i>Inciso III</i>	
2.3	Repetidas suspensões da execução contratual por ordem da Administração 815
<i>Inciso IV</i>	
2.4	Atraso no pagamento..... 815
<i>Inciso V</i>	
2.5	Não liberação de área por parte da Administração..... 816
<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Regras específicas para os casos de extinção contratual 816
<i>Inciso I</i>	
3.1	Não admissão de extinção do contrato 816
<i>Inciso II</i>	
3.2	Asseguramento ao contratado de suspensão..... 817
<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Notificação obrigatória aos emitentes das garantias 817
5	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão 817
Artigo 138	
1	Modalidades de extinção do contrato administrativo..... 819
<i>Inciso I</i>	
2	Extinção contratual unilateral..... 819
<i>Inciso II</i>	
3	Extinção contratual consensual 820
<i>Inciso III</i>	
4	Extinção contratual por decisão arbitral ou judicial..... 822
4.1	Extinção contratual por decisão arbitral 822
4.2	Extinção contratual pela via judicial..... 825

<i>Parágrafo 1º</i>		
5	Forma escrita	825
<i>Parágrafo 2º</i>		
6	Extinção contratual por culpa exclusiva da Administração	825
Artigo 139		
1	Consequências da extinção.....	827
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Afastamento da solução de continuidade	828
Artigo 140 e Parágrafos 1º, 2º e 3º		
1	Recebimento do objeto contratual.....	830
<i>Parágrafo 4º</i>		
2	Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	831
<i>Parágrafo 5º</i>		
3	Responsabilidade do projetista	831
<i>Parágrafo 6º</i>		
4	Responsabilidade civil	832
Artigo 141 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Ordem cronológica dos pagamentos	834
<i>Parágrafo 3º</i>		
2	Disponibilização da ordem cronológica de pagamentos	835
Artigo 142		
1	Previsão de pagamento em conta vinculada ou pela efetiva comprovação do fato gerador	836
Artigo 143		
1	Pagamento de parcela incontroversa	837
Artigo 144 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Remuneração variável.....	838
Artigo 145		
1	Proibição de pagamento antecipado	840
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Exceção à regra	840
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.....	840
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Prevenção em face ao pagamento antecipado	842
Artigo 146		
1	Comunicação aos órgãos da administração tributária	843
Artigo 147 e Parágrafo único		
1	A declaração de nulidade do contrato	844
Artigo 148 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Análise prévia do interesse público na declaração de nulidade.....	847
Artigo 149		
1	O dever de indenizar.....	848
Artigo 150		
1	A caracterização objeto da contratação e a indicação dos créditos orçamentários	850
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	850
Artigo 151 e Parágrafo único		
1	Meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias	852

Artigo 152	
1	Arbitragem de direito e observando o princípio da publicidade 857
Artigo 153	
1	Permissão da adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias por aditamento 858
Artigo 154	
1	A escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas 859
Artigo 155	
1	Infrações administrativas 860
Artigo 156	
1	Sanções administrativas 866
<i>Inciso I</i>	
1.1	Advertência 867
<i>Inciso II</i>	
1.2	Multa 868
<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedimento de licitar e contratar 869
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar 869
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estabelecimento de mecanismos para garantir a justiça nas sanções 869
<i>Parágrafos 2º a 5º</i>	
3	Correlação das sanções com as infrações 870
<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Competência para aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar 871
<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Aplicação cumulativa de sanções 872
<i>Parágrafo 8º</i>	
6	Multa superior ao valor do pagamento devido pela Administração ao contratado 872
<i>Parágrafo 9º</i>	
7	Reparação integral dos danos causados 872
Artigo 157	
1	Defesa no caso de aplicação multa 873
Artigo 158 e Parágrafo 1º	
1	Processo de responsabilização no caso das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade 874
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Processo de responsabilização 875
<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Prescrição 875
Artigo 159	
1	Apuração e julgamento conjuntos de atos infracionais das leis licitatórias e da Lei Anticorrupção 877
Artigo 160	
1	Desconsideração da personalidade jurídica 878
Artigo 161 e Parágrafo único	
1	Atualização de dados relativos às sanções aplicadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos 879

Artigo 162 e Parágrafo único		
1	Multa de mora.....	880
Artigo 163		
1	Reabilitação do licitante ou contratado.....	881
Artigo 164		
1	Impugnação do edital licitatório	883
Artigo 165		
1	O direito de petição	885
<i>Inciso I</i>		
1.1	Recurso administrativo.....	886
<i>Inciso II</i>		
1.2	Reconsideração	886
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Recurso administrativo devido em virtude do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação.....	887
<i>Parágrafos 2º a 5º</i>		
3	Trâmite do recurso	887
Artigo 166		
1	Recurso em face de sanções aplicadas.....	889
Artigo 167		
1	Pedido de reconsideração pena de declaração de inidoneidade para licitar	890
Artigo 168 e Parágrafo único		
1	Recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo.....	891
Artigo 169		
1	Controle nas licitações	893
Artigo 170 e Parágrafos 1, 2º e 3º		
1	Conduta dos órgãos de controle.....	895
<i>Parágrafo 4º</i>		
2	Representação junto aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente.....	896
2.1	O controle interno	896
2.2	O controle externo	897
Artigo 171		
1	Condutas fiscalizatórias.....	902
<i>Parágrafos 1º e 3º</i>		
2	Suspensão cautelar do processo licitatório.....	902
<i>Parágrafos 2º e 4º</i>		
3	Procedimentos do órgão ou entidade ao ser intimado da ordem de suspensão cautelar.....	903
Artigo 173		
1	Capacitação dos servidores e empregados públicos.....	904
Artigo 174		
1	Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	907
<i>Parágrafos 1º a 4º</i>		
2	Normas sobre Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	908
Artigo 175 e Parágrafo 1º		
1	Instituição de sítios eletrônicos próprios pelos entes federativos	910
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	Divulgação de informações complementares pelos municípios.....	910

Artigo 176 e Parágrafo 1º

1	Prazo de adaptação para pequenos municípios.....	912
---	--	-----

Artigo 177

1	Alteração do art. 1.048 do Código de Processo Civil.....	914
---	--	-----

Artigo 178

1	Alteração do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).....	917
2	Art. 337-E – Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.....	918
2.1	Condutas puníveis	918
2.2	Objetividade jurídica.....	919
2.3	Pena	919
3	Art. 337-F – Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação.....	919
3.1	Condutas puníveis	920
3.2	Objetividade jurídica.....	921
3.3	Pena	921
4	Art. 337-G – Patrocinar interesse privado perante a Administração	921
4.1	Conduta punível.....	922
4.2	Objetividade jurídica.....	924
4.3	Pena	924
5	Art. 337-H – Permitir qualquer modificação ou vantagem imprópria, em favor do contratado, durante a execução de contrato	924
5.1	Condutas puníveis	925
5.2	Objetividade jurídica.....	927
5.3	Pena	927
6	Art. 337-I – Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório	927
6.1	Condutas puníveis	928
6.2	Objetividade jurídica.....	929
6.3	Pena	929
7	Art. 337-J – Devassar o sigilo de proposta apresentada na licitação ou proporcionar a terceiro a possibilidade de devassá-lo	929
7.1	Condutas puníveis	930
7.2	Objetividade jurídica.....	930
7.3	Pena	930
8	Art. 337-K – Afastar ou tentar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	930
8.1	Condutas puníveis	931
8.2	Objetividade jurídica.....	932
8.3	Pena	932
9	Art. 337-L – Fraudar, com prejuízo para a Administração Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou prestação de serviços.....	933
9.1	Condutas puníveis	933
9.1.1	Entrega ou prestação com qualidade ou em quantidade diversa das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais.....	933
9.1.2	Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido.....	933
9.1.3	Entrega de uma mercadoria por outra.....	934
9.1.4	Alteração da substância, qualidade ou quantidade.....	934
9.1.5	Tornar mais onerosa a proposta de preços ou a execução contratual usando fraude....	934
9.2	Objetividade jurídica.....	934
9.3	Pena	934
10	Art. 337-M – Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.....	935
10.1	Condutas puníveis	935
10.2	Objetividade jurídica.....	935
10.3	Pena	935
11	Art. 337-N – Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito	936
11.1	Condutas puníveis	937
11.2	Objetividade jurídica.....	937
11.3	Pena	938

12	Art. 337-O – Omitir, modificar ou entregar à Administração levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse	938
12.1	Condutas puníveis	938
12.2	Objetividade jurídica.....	939
12.3	Pena	939
13	Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.....	939
Artigo 179		
1	Alteração da Lei de concessões e permissões da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995)	940
Artigo 180		
1	Alteração da Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei nº Lei nº 11.079/2004)	941
Artigo 181		
1	Instituição de centrais de compras.....	942
<i>Parágrafo único</i>		
2	Constituição de consórcios públicos para criação das centrais de compras.....	943
Artigo 182		
1	Atualização dos valores fixados na lei.....	945
Artigo 183 e Parágrafo 3º		
1	Contagem de prazo	946
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Dia de início da contagem do prazo.....	946
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Prorrogação do prazo.....	947
Artigo 184		
1	Aplicação das regras da Nova Lei aos convênios administrativos e outros ajustes.....	948
Artigo 185		
1	Aplicação das regras do Código Penal às licitações e contratos das Estatais	949
Artigo 186		
1	Aplicação subsidiária	950
Artigo 187		
1	Aplicação dos regulamentos da União por estados, municípios e Distrito Federal.....	951
Artigo 189		
1	Aplicação da Lei nº 14.133/2021 às normas que mencionam as leis revogadas.....	952
Artigo 190		
1	Conflito intertemporal	953
Artigo 191 e Parágrafo 1º		
1	Opção de a Administração adotar a Nova Lei ou leis anteriores	954
Artigo 192		
1	Contratos de imóveis do patrimônio da União.....	955
Artigo 193		
1	Revogação de leis e entrada em vigor da Nova Lei.....	956
<i>Inciso I</i>		
2	Revogação dos artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993.....	956
Inciso II e Artigo 194		
3	<i>Vocatio legis</i> enviesado	956
REFERÊNCIAS.....		959